



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001400-55.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – 01 (um) posto de trabalho de Auxiliar Administrativo - Contrato nº 06/2022 – Contratada: COMPLIANCE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. - Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, operacional, à manutenção predial, Transporte e técnico.

PARECER JURÍDICO Nº 318 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa COMPLIANCE Serviços de Locação e Gestão de mão de obra LTDA., para a prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Apoio à Manutenção Predial, Apoio de Transporte e Apoio Técnico, pelo prazo **inicial de 30 (trinta) meses, a contar de 02/05/2022, com termo final até 02/11/2024**, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 06/2022 ([0818369](#)), o qual se encontra em plena vigência.

02. Por meio da Solicitação nº 111/2023 ([1099476](#)) a SEAP, a unidade gestora do contrato:

I - Justificou a necessidade de acréscimo contratual de um novo posto de trabalho de Auxiliar Administrativo com base no significativo número de contratos geridos pela unidade e insuficiente força de trabalho para atender de maneira satisfatória a todas as demandas do Tribunal;

II - Informou sobre os reflexos financeiros do aditivo pleiteado, com custo mensal estimado para o posto de Auxiliar Administrativo de R\$7.198,63 (sete mil quinze reais e dezessete centavos) totalizando R\$84.182,04 (oitenta e quatro mil cento e oitenta e dois reais e quatro centavos). Sobre a **fonte de recurso**, registrou de forma complementar por meio da informação nº 294/2023 ([1102258](#)) que a Seção possui recursos suficientes para cobrir o acréscimo contratual solicitado no exercício de 2024.

03. Em continuidade ao procedimento, por meio do Despacho nº 3207/2023 ([1102317](#)), o SAOFC remeteu o feito à COFC para certificação nos autos sobre a previsão de execução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamentária da despesa no exercício de 2024, à **SECONT** para elaboração de minuta de aditivo contratual e à **AJSAOFC**, para análise e emissão de parecer jurídico.

04. Em cumprimento ao despacho supracitado, o Coordenador da COFC, por meio da Informação nº 278/2023 ([1103046](#)), noticiou que, por se tratar de despesa que ocorrerá somente no exercício de 2024 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024. Em complemento, registrou que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024, processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), há previsão do montante supra identificado, destinado às despesas com o objeto dessa contratação.

05. Por sua vez, a SECONT elaborou a Minuta do Sétimo Termo Aditivo juntada no evento ([1103062](#)) e enviou a esta AJSAOFC para análise ([1103076](#)).

06. Assim instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001400-55.2021.6.22.8000) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

08. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1. DO ACRÉSCIMO PRETENDIDO - ACRÉSCIMO DE 01 (UM) POSTO DE TRABALHO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa no art. 65 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

12. Além da previsão legal acima reproduzida verifica-se que há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora. Veja-se:

Contrato nº 006/2022:

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – A Contratada obriga-se a aceitar a alteração deste Contrato, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, com as devidas justificativas, conforme abaixo:

(...)

Subcláusula Primeira – A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as informações prestadas pela SEAP, descritas na Solicitação nº 111/23 juntada no evento ([1099476](#)) e reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, consistentes, em suma, na **necessidade de crescer, a partir de 1º/01/2024, (um) posto de trabalho de Auxiliar Administrativo** para atender as demandas da referida Seção.

14. A análise dos incidentes de execução contratual descritos no final da minuta do termo aditivo juntado ao processo pela SECONT ([1103062](#)) revela que o ajuste original já foi objeto de acréscimo no percentual de **8,735%**. Deve-se destacar que a **supressão de 1,96%**, registrada no Termo Aditivo nº 04, assinado em 13/02/2023, evento ([0977323](#)), **não pode ser objeto de compensação com os acréscimos ocorridos**, de acordo com a pacífica jurisprudência do TCU, muito bem delineada no **Acórdão nº 1.536/2016**, salvo situações excepcionais, como as explicitadas no Acórdão TCU nº 66/2021-Plenário, que não são aplicáveis à referida supressão.

15. Assim, verifica-se que o novo acréscimo pretendido quando somados aos anteriores, não excede os limites do patamar máximo legal e contratual permitidos. Vê-se, ainda, que a duração do posto de trabalho pretendido está em harmonia com prazo de vigência do Contrato nº 06/2022 ([0818369](#)), que se extinguirá na data de 02/11/2024.

16. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta pela unidade gestora, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 06/2022 ([0818369](#)), com fundamento no **art. 65, I, "b" e § 1º da Lei nº 8666/93** e, ainda, na **Cláusula Vigésima Terceira, Subcláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 06/2022**.

3.2. DA MINUTA DO 7º TERMO ADITIVO

17. A análise da minuta do Termo Aditivo nº 7 ao Contrato originário juntada aos autos no evento ([1103062](#)), revela que o instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, destaca-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Cláusula Primeira registrando o acréscimo pretendido pela unidade gestora;

II - Cláusula Segunda a atualização dos valores do contrato;

III - Inclusão de disposição contratual versando sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, nos termos da determinação constante no evento ([1064625](#)).

IV - A obrigação de a contratada apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo**, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário;

V - Na **Cláusula Quarta** o fundamento legal e contratual para a prática do ato;

18. Nesses termos, verifica-se que a minuta do 7º Termo Aditivo ([1103062](#)) sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

19. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora ([1099476](#)), complementada pela informação por ela juntada no evento [1102258](#), esta assessoria opina pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido no percentual de **0,738% (zero vírgula setecentos e trinta e oito milésimos por cento)** do valor atualizado do contrato originário, com fundamento no **art. 65, I, "b" e § 1º da Lei nº 8666/93** e, ainda, na Cláusula **Vigésima Terceira, Subcláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 06/2022.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme já apontado no **item 04 deste parecer** foi juntada ao processo a Informação nº 278/2023 ([1103046](#)) na qual a COFC registra haver previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024, porém não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, visto depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024.

20. Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([1103062](#)).

21. Importa ainda destacar a necessária **notificação** da contratada quanto à inclusão da nova obrigação imposta pelo item LIII na Cláusula Vigésima do Contrato TRE-RO nº 06/2022.

22. Ressalta-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei nº 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei nº 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(...)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. *Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.*

À consideração da autoridade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 27/12/2023, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 27/12/2023, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1103507** e o código CRC **8808B66D**.
